



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº:** 25.683.107-4

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº:** 261/2026 – PGE/PRC

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP a respeito de Contratação Emergencial, via Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na “*prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo*”, com fundamento no art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/21, em lote único, no valor global estimado de R\$ 52.791.452,16 (cinquenta e dois milhões, setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos).

Deixa-se de elencar a totalidade dos documentos que instruem o Protocolado, sendo certo que serão mencionados, se e quando necessários, no decorrer desta Informação.

É o relatório.

## 2. MANIFESTAÇÃO

### 2.1. Do Recorte de Análise

Registre-se, inicialmente, que a presente Informação se cinge à análise jurídica prévia da legalidade da contratação, tendo em vista os arts. 53 da Lei Federal nº



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

14.133/2021<sup>1</sup> e 328, § 7º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022<sup>2</sup>, sendo, portanto, de responsabilidade da área técnica competente a verificação da regularidade formal do protocolo e de seus documentos, o que inclui os requisitos técnicos, orçamentários e financeiros, bem como a realização do juízo de valor a respeito dos fatos que fundamentam a contratação.

Ademais, é importante ressaltar que a presente manifestação tem caráter opinativo, como ocorre com as manifestações consultivas em geral da Advocacia Pública, não detendo, assim, viés decisório. A decisão quanto à contratação na forma proposta incumbe à autoridade administrativa competente.

Tal entendimento não foi afetado com o advento da Lei nº 14.133/2021 que, a despeito de ter elencado a Advocacia Pública como uma das linhas de defesa da contratação<sup>3</sup>, não afasta a atribuição que constitucionalmente lhe é conferida de prestar consultoria sob o prisma jurídico da respectiva unidade federada (art. 132, *caput*). O art. 53 do referido diploma legal, no mesmo sentido, prevê que o órgão de assessoramento jurídico realizará o prévio

<sup>1</sup> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

<sup>2</sup> Art. 328. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para a Procuradoria Geral do Estado, a qual realizará controle prévio de legalidade da contratação.

(...)

§ 7º A análise levada a efeito pela Procuradoria Geral do Estado terá natureza jurídica e não comportará avaliação técnica ou juízo de valor acerca dos critérios de discricionariedade que justificaram a deflagração do processo licitatório ou decisões administrativas nele proferidas.

<sup>3</sup> Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa: [...] II – segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

controle de legalidade mediante análise jurídica da contratação, seja esta precedida ou não de licitação.

Desse modo, eventuais considerações sobre aspectos técnicos devem ser vistas como alerta pelo administrador público, que deverá ponderá-las de acordo com o contexto específico da contratação, a fim de resguardar as normas aplicáveis às contratações públicas.

A esse respeito, vale transcrever a lição de Marinês Restelatto Dotti ao abordar o papel da assessoria jurídica na NLLC<sup>4</sup>:

A segregação de funções deve encontrar aplicabilidade nas atividades técnicas, jurídicas e administrativas relacionadas aos processos de contratação, ou seja, na individualização de tais atividades. A atividade administrativa não se confunde com atividade jurídica. Esta, por sua vez, não se confunde com atividade técnica estranha ao Direito. Nesse sentido, passo importante foi dado pela Advocacia-Geral da União por meio de seu “Manual de boas práticas consultivas” e de suas orientações normativas ao distinguir atribuições de órgãos consultivos de opiniões técnicas, funções administrativas e decisões baseadas na conveniência ou oportunidade.

De acordo com o referido Manual, notadamente a Boa Prática Consultiva n° 07, a manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade,

<sup>4</sup>O papel da assessoria jurídica na nova lei de licitações. Em: <https://www.novaleilicitacao.com.br/2019/10/23/o-papel-da-assessoria-juridica-na-nova-lei-de-licitacoes/> Acesso em 16/07/2024.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Realizadas as ressalvas acima, adentra-se ao cerne da questão administrativa para fins de análise da contratação direta emergencial, em atenção ao disposto nos textos legais acima citados.

## 2.2. Da Dispensa de Licitação via Sistema de Registro de Preços

O Registro de Preços, como instrumento auxiliar para a dispensa de licitação, encontra assento legal no § 6º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 151 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que regula a temática das contratações públicas no âmbito do Estado do Paraná, *in verbis*:

Art. 82 - O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

§ 6º - O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

(...)

Art. 151 - Nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade, poderá ser utilizado o sistema de registro de preços, na forma prevista na Seção IV, do Capítulo XVII, do Título I, deste Regulamento.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Portanto, é viável a utilização do Sistema de Registro de Preços nas dispensas de licitação, desde que haja uma pluralidade de órgãos ou entidades da Administração com a mesma demanda de contratação. Ou seja, o Registro de Preços poderá ser utilizado para fins de se evitar diversos procedimentos prévios à contratação, trazendo agilidade e celeridade na celebração de instrumentos de contratos que dela são decorrentes<sup>5</sup>.

Contudo, na análise do caso concreto, faz-se necessário avaliar, além da vantajosidade para a Administração Pública, se a demanda somente poderá ser atendida por meio da contratação direta emergencial, aplicando-se, dessa forma, tanto as regras gerais do registro de preços quanto as peculiaridades das dispensas de licitação.

Especificamente sobre o Registro de Preços, seu cabimento, como visto, encontra amparo no § 6º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 151 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, tendo em vista a contratação emergencial para diversos órgão da Administração Pública Estadual.

Aqui, destaca-se ser necessário observar, ao menos, o estipulado no art. 292, I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que se refere à pesquisa de interesse na participação do procedimento e demais atribuições do Órgão Gerenciador, *in verbis*:

<sup>5</sup>Relembra-se que o Sistema de Registro de Preços possibilita a realização de uma única licitação (ou contratação direta), no lugar das habituais diversas licitações, que a Administração utilizará durante um período (que compreende o prazo de vigência da ata), efetuando sucessivas contratações do objeto licitado. (BITTENCOURT, Sidney. Novo Sistema de Registro de Preços: Comentários ao Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta os Arts. 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133/2021. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025. p. 110)



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Art. 292 - Compete ao órgão ou entidade gerenciadora a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - Registrar a intenção para registro de preços e dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços, objeto de licitação para registro de preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento, observado o parágrafo único deste artigo;

(...)

§ 1º A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I do caput deste artigo, poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador, mediante justificativa, quando o objeto for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública Estadual.

Como visto, o inciso I do art. 292 dispõe que o Órgão Gerenciador do procedimento, que neste caso é a SEAP, deverá registrar a intenção para registro de preço e dar publicidade aos demais órgãos e entidades, na mesma lógica definida no *caput* do art. 86 da Lei nº 14.133/21, que determina que:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

Todavia, conforme análise dos autos, a despeito dos documentos de adesão apresentados pelos órgãos participantes, verifica-se a ausência da documentação referente ao





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

procedimento público de intenção de registro de preços ou, alternativamente, a apresentação de justificativa para afastar a realização da referida intenção.

**Sendo assim, recomenda-se que a SEAP providencie a abertura da Intenção de Registro de Preços, com base no inciso I do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no caput do art. 86 da Lei nº 14.133/21, ou justifique a sua ausência, nos termos do § 1º do art. 292 do regulamento estadual.**

Destaca-se que no ETP de fls. 09/31 há menção no item 1.1 da participação de 8 (oito) órgãos participantes da contratação, ao passo que no ETP de fls. 95/117 a quantidade de órgãos participantes aumentou para 13 (treze) e, por fim, no ETP de fls. 193/215, ficou consolidada a presença de 14 (quatorze) órgãos participantes.

Nesse ponto, cabe reforçar que a eventual autorização de adesões posteriores à ata de registro de preços por órgãos não participantes não se mostra adequada, no caso concreto, à lógica da contratação direta fundada na urgência, cuja justificativa deve estar adstrita a necessidades concretas e previamente identificadas. *In casu*, a Cláusula Décima Primeira da Minuta da Ata de Registro de Preços já prevê a vedação à adesão à referida ata.

Ademais, a ampliação superveniente da demanda pode acarretar desequilíbrio na execução contratual, na medida em que o prestador de serviços formulou sua proposta com base em quantitativos previamente delimitados. Nesse contexto, entende-se recomendável que a intenção de participação seja previamente consolidada.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

A viabilidade da contratação emergencial, por meio de dispensa de licitação, será analisada, por sua vez, no tópico seguinte.

### **2.3. Da Justificativa para a Dispensa de Licitação**

Por determinação constitucional, a regra é a existência de processo licitatório destinado a selecionar a melhor proposta para a Administração Pública, segundo critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

O legislador, no entanto, ressalvou determinadas hipóteses nas quais o gestor pode prescindir da seleção formal, consubstanciada no processo de licitação, a exemplo da prevista no inciso VIII do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 75 - É dispensável a licitação:

(...)

VIII - Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Tal dispositivo legal versa sobre a possibilidade de contratação para atendimento às necessidades “coletivas e supraindividuais”<sup>6</sup>, ou seja, nos casos em que a ausência de contratação representa um dano potencial, um risco, um prejuízo para o bem público.

Ensina Marçal Justen Filho que o “*dispositivo enfocado refere-se aos casos em que o decurso de tempo necessário ao procedimento licitatório normal impediria a adoção de medidas indispensáveis para evitar danos irreparáveis. Quando concluída a licitação o dano já estaria caracterizado*”<sup>7</sup>.

Deve a urgência que caracteriza a situação emergencial ser demonstrada objetivamente, ou seja, deve ser apresentada a situação concreta apontando os riscos de possíveis danos à comunidade ou ao patrimônio público para justificar a dispensa de licitação.

No caso em epígrafe, a Pasta relata a situação fática que dá ensejo à medida administrativa pretendida na justificativa de fl. 02, nos seguintes termos:

(...) A demanda decorre da necessidade imperiosa de assegurar a continuidade do funcionamento de diversos Órgão do Governo do Estado que haviam contratado com a empresa PRODUSERV SERVICOS LTDA, por meio dos Pregões Eletrônicos 1148/2021 e 1934/2024, lote 01, Englobando os postos de Assistente

<sup>6</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14ª ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 305.

<sup>7</sup> Idem.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Administrativo, visando atender as demandas estimadas do Estado do Paraná, em diversos órgãos e suas unidades vinculadas, com a metodologia de contratação por postos de trabalho, com dedicação exclusiva de mão de obra.

Esclarecemos que a empresa Produserv não vem cumprindo de forma regular os prazos de pagamento dos direitos trabalhistas dos funcionários e demais obrigações contratuais, prejudicando a execução dos serviços com a qualidade necessária. Os Órgãos estão formalizando a comunicação junto a empresa e informando que os contratos não serão renovados.

A interrupção na prestação destes serviços pode comprometer severamente a continuidade nas operações e atividades dos órgãos demandantes, acarretando contratemplos e prejuízos incalculáveis para o Estado e para os cidadãos. A ausência da adequada prestação dos serviços de natureza administrativa, pode comprometer a produtividade dos serviços e a manutenção do patrimônio público.

Além disso, os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Termo de Referência (fl. 679) justificam

que:

2.2.1. A contratação emergencial se faz necessária considerando que a Ata de Registro de Preços dos Pregões Eletrônicos nº 1428/2021 e nº 1932/2024 eram as únicas atas vigentes para o serviço em questão. Um novo processo licitatório ordinário está em fase de elaboração interna, na etapa de estudos e levantamentos de demanda junto aos Órgãos que foram afetados pela inexecução contratual da empresa Produserv. Não foi possível o aproveitamento de cadastro de reserva ou de licitantes remanescentes dos Pregões 1428/2021 e 1934/2024, uma vez que, as atas resultantes do PE 1428/2021 já estão com sua vigência finalizada e que no PE 1934/2024 não existe cadastro de reserva, pois as empresas remanescentes não aceitaram manter as condições da vencedora, restando a contratação direta como única via para evitar o colapso dos serviços.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

2.2.2. A não realização da contratação emergencial coloca em risco a continuidade do funcionamento dos Órgãos Estaduais. A interrupção dos serviços pode causar um colapso no atendimento direto à população, uma vez que se trata de uma atividade contínua. Como os serviços são indispensáveis para o desempenho das funções administrativas, qualquer interrupção compromete a continuidade de uma ampla gama de atividades essenciais dos órgãos participantes.

Diante das justificativas apresentadas, nota-se que a caracterização da emergência e a urgência da contratação advém da inexecução contratual da empresa atualmente contratada em suas obrigações trabalhistas, e a necessidade imperiosa de assegurar a continuidade dos serviços prestados pelos Assistentes Administrativos.

Não obstante, a aferição do risco na demora da contratação é própria do setor técnico, não se afigurando possível que essa Procuradoria Especializada avalie a viabilidade de se aguardar o término do regular procedimento licitatório.

Por tudo até aqui exposto, entende-se, a princípio, que o caso em tela se enquadra na contratação direta, por dispensa de licitação, com base no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, nos termos do § 6º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>8</sup>, além

<sup>8</sup> § 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial. (grifou-se)



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

da necessidade de se demonstrar objetivamente a urgência que caracteriza a situação emergencial, ressalta-se que é dever da Administração adotar todas as providências necessárias para a realização/conclusão do respectivo processo licitatório.

É dizer: a contratação direta emergencial não deve ser entendida como uma alternativa à realização do regular procedimento licitatório, mas sim como um instrumento excepcional de proteção ao bem público, que possibilitará a contratação de forma direta enquanto o autêntico certame licitatório não se ultime.

Portanto, o prazo contratual máximo de 1 (um) ano determinado no inciso VIII do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverá, além de amparar a situação urgente, também atender à necessidade de adoção das providências administrativas necessárias e conclusão do novo processo licitatório deste objeto.

Como visto, a SEAP mencionou o novo certame destinado à contratação dos postos de Assistente Administrativo no item 2.2.1 do TR (fl. 679), informando no item 2.14 do TR (fl. 685) que: *“O Departamento de Operações e Serviços (DOS/SEAP) iniciou por meio do eprotocolo nº 25.809.442-5, os trâmites para instauração do novo processo licitatório ordinário para contratação de apoio administrativo”.*

#### **2.4. Da Fase Interna do Procedimento**

A despeito da contratação direta por dispensa prescindir do certame licitatório, exige-se procedimento formal apto a comprovar a existência dos requisitos



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

estabelecidos em lei.

Conforme o art. 7º, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, as funções essenciais à sua execução deverão recair, preferencialmente, em servidor público efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.

O § 2º do art. 149 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, por sua vez, complementa que a autoridade máxima do órgão ou entidade pública contratante deverá designar agente público responsável por instruir e conduzir o procedimento para contratação direta, observando o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

No presente caso, foi juntada às fls. 847/848 a Resolução SEAP nº 12.224/2026, designando os agentes de contratação e equipe de apoio, em cumprimento ao art. 8º da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, deve a Pasta atentar-se para a necessária segregação de funções dos agentes públicos que exercem encargos essenciais nas contratações públicas, nos termos do § 1º do art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, por força do qual “*A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação*”.

Com relação ao procedimento adotado no caso ora analisado, a Resolução



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

SEAP nº 603/2023, que dispõe sobre a dispensa de licitação na forma eletrônica, prevê em seu art. 5º que a instrução do feito deverá seguir os preceitos do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 148 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, *in verbis*:

Art. 5º O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído, com os documentos previstos nos art. 148 ao art. 153 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, além daqueles previstos no art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o §6º do art. 82, da Lei 14.133/2021, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários com a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

§ 2º Os órgãos gerenciadores do Sistema de Registro de Preços para as dispensas de licitação serão os mesmos previstos no art. 291 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

§ 3º O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.

§ 4º A instrução do procedimento poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

Por conseguinte, o art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 148 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 elencam uma série de requisitos a serem observados, cabendo ao setor competente da Pasta adequar a instrução nos pontos destacados, juntando a documentação ausente ou complementando-a:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP**

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.**

seguintes documentos:

I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **(DFD - fl. 04/08, ETP - fls. 193/215, Mapa de Riscos - fls. 36/39, Termo de Referência e Anexos - fls. 669/828 e Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos de fls. 1040/1216)**

II – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **(Pesquisa de Preços - fls. 604/653 e Mapa de Preços - fls. 654/655)**

III – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **(esta Informação)**

IV – demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **(a ser providenciado)**

V – comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **(a ser providenciado)**

VI – razão da escolha do contratado; **(a ser providenciado)**

VII – justificativa de preço; **(Metodologia de Formação de Preços - fls. 656/666)**

VIII – autorização da autoridade competente. **(a ser providenciado)**

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial. **(a ser providenciado)**

Art. 148. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, além dos documentos previstos no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

I – indicação do dispositivo legal aplicável; **(Item 1.1.2 do Termo de Referência - fl. 669)**

II – autorização do ordenador de despesa; **(a ser providenciado)**

III – consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná; **(a ser providenciado)**





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP**

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.**

IV – no que couber, declarações exigidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, neste Regulamento ou em regulamentos específicos editados pela Administração Pública do Estado do Paraná; **(a ser providenciado)**

V – lista de Verificação, quando houver sido aprovada por ato próprio do Procurador-Geral do Estado, devidamente atestada e assinada pelos responsáveis pela condução do procedimento. **(fls. 1028/1037)**

**Em relação à comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (inciso V do art. 72), a razão da escolha do contratado (inciso VI do art. 72), a consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná (inciso III do art. 148) e as declarações exigidas na Lei Federal n° 14.133/2021, no Decreto Estadual n° 10.086/2022 ou em regulamentos específicos (inciso IV do art. 148), tem-se que deverão ser providenciados oportunamente considerando que a contratação em análise se dará mediante aviso de dispensa eletrônica.**

De todo modo, **necessário verificar, quando da efetiva contratação, a vigência de todos os documentos e certidões e proceder a consulta ao CADIN Estadual, GMS e CEIS, assegurando, dessa forma, que, naquele momento, a Contratada encontra-se apta e desimpedida a contratar com a Administração Pública.**

Seguindo, os procedimentos de contratação do Poder Público devem ser precedidos de planejamento, conforme os arts. 18 da Lei Federal n° 14.133/2021<sup>9</sup> e 335 do

<sup>9</sup> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado,



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Decreto Estadual nº 10.086/2022<sup>10</sup>.

Nesse diapasão, nos termos do inciso I do art. 72 da Lei de Licitações e Contratos, se exige, em relação aos procedimentos que prescindem de prévia licitação, da elaboração de “*documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo*”, razão pela qual constam o Estudo Técnico Preliminar – ETP de fls. 193/215 (com Mapa de Riscos às fls. 36/39), o Termo de Referência e Anexos de fls. 669/828 e o Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos de fls. 1040/1216, sendo que esses documentos serão analisados nos subitens seguintes desta Informação, apenas para melhor divisão das matérias tratadas.

Ainda no tocante ao inciso I do art. 72, com relação ao planejamento estratégico e plano anual de contratações, a Pasta sinalizou o alinhamento entre a contratação e o PCA no item 2 do ETP (fl. 197) da seguinte forma:

A contratação dos serviços de Apoio Administrativo encontra-se devidamente alinhados com o contido no planejamento do Plano Anual de Contratação do exercício de 2026 dos órgãos participantes dos procedimentos licitatórios derivados desses Estudo Técnico Preliminar – ETP. O Plano de Contratação Anual de 2026 dos Órgãos pode ser acessado em:  
<https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Contratacoes->

e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos: (...)

<sup>10</sup> Art. 335. O estudo técnico preliminar, cujo aprofundamento e complexidade será proporcional às características da necessidade a ser atendida, deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º do art. 15 deste Regulamento e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, serão apresentadas as devidas justificativas.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Anual-doEstado-PCA-E-2026

Em relação ao valor da contratação (incisos II e VII do art. 72), ainda que se trate de matéria técnica que foge do alcance desta Informação, cabe a este Consultivo alertar que deve o setor competente apurar e comprovar no Protocolado a adequação do valor exigido pela pretensa contratada ao valor praticado no mercado, conforme os arts. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e 150 do Decreto Estadual nº 10.086/22, senão vejamos:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

(sem sublinhado no original)

Art. 150. Na contratação direta por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo. (sem sublinhado no original)

No mesmo sentido, tem-se a Orientação Administrativa nº 63-PGE, *in verbis*:

Na contratação direta por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo. (sem sublinhado no original)

No caso, há a juntada de pesquisa e cotações às fls. 604/653, mapa de preços às fls. 654/655 e metodologia de formação de preços às fls. 656/666.

Em relação às informações orçamentárias, o art. 296, § 6º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 dispensa a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação.

**É indispensável, outrossim, apresentar a autorização do ordenador de despesa (inciso II do art. 148), assim como a autorização da autoridade competente (inciso VIII do art. 72), conforme parágrafo único do art. 72.**

## **2.5. Do Estudo Técnico Preliminar**

Verifica-se no *caput* do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 335, §1º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022<sup>11</sup>, que os procedimentos de contratação do Poder Público devem ser precedidos de planejamento.

<sup>11</sup> Art. 335, §1º - O estudo técnico preliminar será elaborado com fundamento nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, com aprofundamento e complexidade proporcionais às características da necessidade a ser atendida, e deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do art. 18, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, quando não contemplar os demais elementos, serão apresentadas as devidas justificativas.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa identificar e analisar a necessidade projetada pela unidade administrativa ao efetuar o planejamento estratégico de contratação, evidenciados os problemas e as possíveis soluções do processo de contratação. Tal estudo deve considerar e descrever todas as alternativas existentes no mercado capazes de atender a demanda administrativa que motiva a contratação e, com fundamento em análise valorativa comparativa, apontar qual é a melhor opção sob o ponto de vista técnico e econômico para solucionar o problema.

No Estado do Paraná, a matéria foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022, mais especificamente nos arts. 15, parágrafo único, e 335. O § 1º do referido art. 335 prevê que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do art. 18, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, quando não contemplar os demais elementos, serão apresentadas as devidas justificativas.

No presente caso, foi apresentado o respectivo Estudo Técnico Preliminar às fls. 193/215. O documento contém formalmente os elementos exigidos pela NLLC e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Além disso, considerando a presença de diversos órgãos no procedimento, dada a utilização do sistema de registro de preços, constam às fls. 75/94, 128/129 e 191/192 os aceites ao ETP da SEAP enviados pelos órgãos participantes.

Todavia, ao que tudo indica, os órgãos e entidades participantes





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

manifestaram ciência e concordância com base em Estudo Técnico Preliminar que fora substituído.

Com isso, considerando a posterior elaboração do Estudo Técnico Preliminar de fls. 193/215 (aprovado às fls. 224/225), não é possível verificar a adesão dos órgãos participantes ao ETP elaborado pelo órgão gerenciador.

Dessa forma, **recomenda-se ao órgão gerenciador que verifique se os órgãos participantes forneceram as informações necessárias à participação do SRP ou, alternativamente, que providencie a adesão pelos órgãos participantes ao ETP já elaborado, nos termos do § 2º do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.**

Especificamente a respeito do ETP elaborado pelo órgão gerenciador, cumpre registrar o quanto disposto no tópico 5, alínea “c”, que trata da análise comparativa das soluções:

É importante destacar que, considerando o disposto no art. 166 do Decreto Estadual 10.086/2022, o pagamento deve se dar preferencialmente por resultados. Portanto, independentemente da modalidade de contratação dos postos, serão estabelecidos parâmetros claros para a avaliação da conformidade e a mensuração dos serviços prestados e dos produtos entregues. É com esse propósito que a SEAP disponibilizará juntamente com a minuta do contrato o IMR - Instrumento de Medição de Resultados, com o propósito da adequação dos pagamentos a partir de metas ou índices de qualidade preestabelecidos, instituindo o pagamento por resultados indistintamente.





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Atente-se, ainda, para a previsão do art. 17-B do Decreto Estadual n° 10.086/2022, que dispõe que será realizado o gerenciamento dos riscos envolvidos em todas as etapas do processo da contratação. O § 5º complementa que o principal objetivo do gerenciamento dos riscos é avaliar as incertezas e prover opções de resposta que representem as melhores decisões relacionadas com a excelência das licitações e das execuções contratuais.

O § 2º do mesmo art. 17-B ressalva ser dispensado o gerenciamento de riscos no caso de contratações de valor abaixo de cinco vezes os valores compreendidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, ao passo que o § 3º acrescenta que o gerenciamento dos riscos também poderá ser dispensado, mediante justificativa que leve em consideração o seu custo-benefício, especialmente em razão da baixa complexidade da contratação.

O gerenciamento de riscos materializa-se no documento denominado Mapa de Riscos, que será elaborado de acordo com a probabilidade e com o impacto de cada risco identificado, por evento significativo, e deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação (§ 9º). No caso, a análise de riscos foi apresentada às fls. 36/39.

Por fim, alerta-se que o ETP deve ser objeto de aprovação pela autoridade competente em despacho motivado, segundo os ditames do parágrafo único do art. 15 do Decreto Estadual n° 10.086/22.

Nesse sentido, consta a aprovação do Estudo Técnico Preliminar às fls.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº:** 25.683.107-4

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº:** 261/2026 – PGE/PRC

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

224/225 pelo Diretor de Operações e Serviços – DOS/SEAP, com base na delegação prevista na Resolução SEAP nº 8168/2025 de fl. 41.

## 2.6. Do Termo de Referência

O Termo de Referência constitui documento que estrutura o objeto a ser contratado, considerados os elementos descritos no art. 6º, XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, acrescidos, no caso do Estado do Paraná, dos indicados no arts. 19, 336, 337, e, por se tratar de uma contratação de prestação de serviços, também se aplica o contido no art. 391, todos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Ainda que se trate de documento técnico, de exclusiva responsabilidade da área competente, cumpre-nos tecer algumas observações para o aprimoramento do documento.

Inicialmente, alerta-se que a descrição do serviço e sua especificação técnica deve ser a estritamente necessária e suficiente para o atendimento da situação emergencial, não cabendo a este Consultivo a sua análise, visto se tratar de matéria técnica.

Com relação à vigência contratual, o item 1.2 do TR dispõe que “*A contratação direta, por dispensa de licitação, terá a vigência máxima de 1 (um) ano, observada a condição resolutiva do encerramento do processo licitatório ordinário destinado ao mesmo objeto, caso este ocorra em prazo inferior*”.

Ocorre que o inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 é cristalino ao



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

dispor que a contratação emergencial é válida somente para a contratação dos serviços necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade.

O prazo da contratação emergencial, assim, tem por termo inicial não (necessariamente) a data da vigência do contrato, mas sim a data de ocorrência da emergência ou da calamidade.

No caso, pode-se inferir que a emergência teve início com o encerramento de cada um dos diversos contratos de prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo pactuados com os órgãos participantes e com o órgão gerenciador, sendo a data final de cada um destes, portanto, o termo inicial a ser considerado para a duração de cada contratação.

Por essa razão, **recomenda-se complementar o item 1.2 e demais pontos do TR que tratam sobre o prazo de vigência contratual para prever que o prazo de vigência do contrato tem início da sua assinatura e se encerrará no prazo de um ano a contar do término do contrato anterior que gerou a situação emergencial, ou até que se conclua o trâmite do regular procedimento licitatório em curso.**

Continuando, o tópico 1.6.2.8. do TR prevê que “*Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio*”.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Sobre o tema, atente-se que o Tribunal de Contas da União, no recentíssimo Acórdão nº 25/2026 – Plenário, reforçou o entendimento de que a proibição de participação de empresas em consórcio exige apresentação de justificativa técnica prévia e formal que demonstre a incompatibilidade dessa forma de associação com as características do objeto.

Deve-se ter em conta que o art. 15 da Lei nº 14.133/2021 permite consórcios como regra, admitindo vedação apenas mediante motivação expressa e devidamente fundamentada. Altera-se, portanto, a premissa. Com a NLLC, a possibilidade de participação de empresas em consórcio é a regra, de modo que sua proibição deverá ser excepcional e devidamente justificada.

Por essa razão, **recomenda-se que seja retificado o tópico 1.6.2.8 do TR para possibilitar a participação de empresas em consórcio, com as complementações necessárias no documento, ou apresentada justificativa técnica que demonstre a impossibilidade dessa forma de associação com as características do objeto.**

Seguindo, no tocante à contratação de serviços terceirizados, o Decreto Estadual nº 10.086/2022 dispõe em seu art. 396, § 2º, que caberá, de forma prévia à contratação, a consulta à SEAP para que informe a existência de cargo, no âmbito da Administração direta e autárquica, correspondente ao serviço que se pretende terceirizar, ficando expressamente vedada a contratação no caso de atestada pela SEAP a sua existência:

Art. 396. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

órgão ou entidade ou aos assuntos que constituam sua área de competência legal, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado

(...)

§ 2º Para os fins previstos no caput deste artigo caberá, de forma prévia a contratação, a consulta a SEAP para que informe a existência de cargo, no âmbito da Administração direta e autárquica, correspondente ao serviço que se pretende terceirizar, ficando expressamente vedada a contratação no caso de atestada pela SEAP a sua existência.

No caso, consta no item 2.2.4 do TR elaborado pela própria SEAP que:

Atualmente, não existem servidores no quadro funcional que possam atender a essa demanda, em razão da inexistência de quadro próprio, pois os cargos de Assistente Administrativo foram extintos pelo Art.7, inciso I da Lei Estadual nº 20.199/2020. A extinção dos cargos impede a contratação direta via concurso, tornando a terceirização o único meio de suprimir a demanda de pessoal qualificado para essas funções.

Já com relação ao tópico 7 do TR, que trata da contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a Pasta consulente justifica que:

7.1. Deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, no que couber.

7.2. Quanto ao disposto no inciso III do art. 4817 da LC nº 123/2006, não se aplica a destinação de lotes exclusivos ou cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, haja vista não se tratar de objeto de natureza divisível.

7.3. Ademais, aplica-se ao presente caso o contido no art. Art. 49, III da LC nº 123/2006, já que a contratação de empresas diferentes para o mesmo órgão / entidade traria riscos e prejuízos ao objeto contratado, uma vez que os funcionários de umas das empresas teriam orientações



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

e técnicas diferentes da outra empresa, o que poderia risco na gestão contratual.

7.4. O fracionamento, já considerado neste Termo de Referência, romperá com o princípio da padronização, bem como, causará prejuízo à economia de escala.

7.5. O tratamento diferenciado para contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno fica afastado, com base no art. 4º, § 1º, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sobre o tratamento privilegiado, registre-se que, nos termos do art. 4º, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021, não se aplicam as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

*In casu*, o certame apresenta o valor global de R\$ 52.791.452,16. Desse modo, **considerando que cada contrato a ser firmado terá valor superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, recomenda-se a retificação do tópico 7 do TR para suprimir os itens 7.1 a 7.4, mantendo apenas o item 7.5, ante a sua preponderância sobre os demais.**

Prosseguindo, **recomenda-se a retificação do item 8.1 do TR a fim de retirar a menção feita a serviço “sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva”, tendo em vista que o procedimento ora analisado diz respeito apenas aos postos de Assistente Administrativo, exercidos com dedicação exclusiva de mão de obra.**





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Na obrigação das partes, o item 10.1.9 dispõe que “o contratado deverá assegurar a reserva de até 2% (dois por cento) das vagas de trabalho para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e que se encontrem sob efeitos de, pelo menos, uma das medidas protetivas de urgência previstas no art. 23 da Lei Federal nº 11.340, de 2006 – Lei Maria da Penha”.

Todavia, cabe à Pasta retificar o item 10.1.9 do TR a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”.

Quanto à garantia de execução, o item 11.1 do TR dispõe que: “O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto nos arts. 96 e 98 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais”.

Nesse sentido, a Pasta justificou a exigência da garantia no percentual de 10% às fls. 842/843, concluindo que “(...) considerando que a falha na execução deste contrato compromete a segurança e a salubridade das unidades estaduais, a majoração da garantia para 10% (dez por cento) é a medida que melhor resguarda o interesse público e a continuidade do serviço essencial”.

Ainda sobre a Garantia, **recomenda-se incluir previsão já adotada em**





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

**contratações semelhantes (a exemplo do protocolo n° 23.438.333-7), no sentido de autorizar o contratante a recusar seguro-garantia que condicione o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, nos moldes do modelo de redação abaixo sugerido:**

**X.X** No uso de seu poder discricionário, o contratante recusará seguro garantia em desacordo com o entendimento aprovado no Parecer 00036/2024/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado Geral da União em 13/08/2024, verbis: “a) não se mostra compatível com a Lei n.º 14.133, de 2021, e a Instrução Normativa SEGES/MPDG N.º 5, de 2017, a cláusula de seguro-garantia que condiciona o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra; e b) a apólice de seguro-garantia que contenha essa previsão é passível de rejeição, cabendo à Administração a decisão a partir dos critérios de conveniência e oportunidade.

Continuando, **recomenda-se a retificação do item 12.2 do TR a fim de excluir a menção feita ao “item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão”, visto que inaplicável ao presente caso de contratação direta por dispensa de licitação.**

Ainda sobre o item 12 do TR, que trata do pagamento, destaca-se que o art. 121, § 3º da Lei n° 14.133/21 prevê o seguinte:

Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP**

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.**

execução do contrato.

(...)

§ 3º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

Nesse sentido, recomenda-se que a Pasta avalie a possibilidade de incluir a previsão de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 121, § 3º inciso V, da Lei nº 14.133/21.

Com relação à repactuação, presente no item 13 do TR, o item 13.9.1 dispõe que “*A repactuação de preços deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito*”, consequência que se repete também nos itens 13.16



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

e 13.17.

Todavia, considerando que o inciso VIII do art. 75 da Lei n° 14.133/21 expressamente prevê que são “vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso”, a pena de preclusão lógica nos casos de prorrogação contratual não se aplica ao presente caso.

**Assim, recomenda-se à SEAP excluir os itens 13.9.1, 13.16 e 13.17 do TR, visto que incompatíveis com o caso sob análise.**

Convém acrescentar que o tópico 25 traz um Modelo de Planilha Exemplificativa Individual de Custo, a ser apresentada pela empresa contratada, modelo esse já elaborado pela própria SEAP, órgão estadual com expertise sobre a matéria.

**Por fim, ressalta-se que, caso sejam feitas modificações ao Termo de Referência, o novo documento deverá ser aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 19, § 3º, do Decreto Estadual n° 10.086/2022.**

## **2.7. Do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos**

Como visto, conforme art. 82, § 6º, da Lei n° 14.133/2021, o sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

O Decreto Estadual nº 10.086/2022, ao tratar do tema, prevê em seu art. 160 que os órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná poderão adotar o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

Art. 160. Os órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná poderão adotar o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia comuns ou serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, quando cabível;

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do §6º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 1º Ato do Secretário de Estado da Administração e da Previdência regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 2º A utilização do sistema de dispensa eletrônica poderá ocorrer a partir da data de publicação do ato de que trata o §1º deste artigo.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas seguintes hipóteses:

I - contratações de obras que não se incluam no inciso I do caput deste artigo;

II - locações imobiliárias e alienações; e

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia.

Na hipótese, portanto, de registro de preços para contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, via dispensa de licitação, poderá ser adotado o sistema de



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

dispensa eletrônica, observada a regulamentação expedida pela Secretaria de Estado da Administração.

Em cumprimento ao art. 160, inciso IV, supracitado, foi publicada a Resolução SEAP nº 603/2023, dispondo sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e determinando a utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta disponibilizada no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, conforme Resolução SEAP nº 16.402, de 16 de dezembro de 2022.

Por sua vez, por meio do Parecer Referencial nº 06/2023-PGE, foi elaborada minuta padrão de Aviso de Dispensa Eletrônica para contratação direta (dispensa de licitação) para a aquisição de bens e contratação de serviços, inclusive de engenharia, sem objeto definido.

No caso, a Pasta acostou a Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica no mov. 133, contendo, formalmente, os requisitos previstos na Resolução SEAP nº 603/2023 e no Parecer Referencial nº 06/2023-PGE.

Especificamente sobre a Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, cabem algumas recomendações para adequação do modelo ao presente caso concreto.

Os subitens do item 3.8 da Minuta elencam uma série de declarações sobre as quais o fornecedor deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

O subitem 3.8.2 prevê que o fornecedor deverá indicar se “*cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49*”.

Ocorre que o item 7.5 do TR já dispõe que não se aplica o tratamento diferenciado para contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno, com base no art. 4º, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Desse modo, **considerando o afastamento do tratamento privilegiado destinado às MEs e EPPs, recomenda-se a exclusão do item 3.8.2 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica.**

No item 4.2.1, que trata dos lances, **recomenda-se substituir a expressão “valor unitário por linha” por “valor unitário por item”, amoldando-se ao TR apresentado.**

No tópico 7, observa-se a inserção de disposições a respeito da Ata de Registro de Preços, previsão não contemplada na Minuta de Aviso de Dispensa Eletrônica aprovada pela PGE, mas necessária ante as particularidades do caso sob exame.

Embora já conste no item 7.7.2 que a atualização dos preços registrados será feita a partir dos critérios estabelecidos no item 13 - Repactuação, do Termo de Referência, **nossa recomendação é para que o tópico seja complementado a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e**





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

**dos custos decorrentes do mercado (data da proposta) e o período a ser considerado entre cada atualização (período mínimo de 12 meses).**

De todo modo, observa-se a adequação do tópico à nova redação do art. 298 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, especialmente quanto à previsão nos itens 7.2.1 e 7.2.2 de anexos distintos para o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, observada a classificação do certame; e outro para os licitantes que mantiverem suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, na sequência da classificação do certame.

Ademais, o item 7.5 prevê que, durante a vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, não poderá, em nenhuma hipótese, aderir à ata de registro de preços, o que está alinhado ao caráter emergencial da presente contratação.

Por outro lado, ao tratar do reajuste dos preços registrados, o item 7.7.2.4 prevê que o “*transcurso do período citado no item 7.7.2.3 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão*”.

A atualização dos preços registrados decorre da garantia constitucional que assegura a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira da proposta, o que torna desaconselhável a previsão de preclusão especificamente para o pedido de atualização da Ata de Registro de Preços neste caso específico de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra.





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

A eventual desatualização do preço registrado (ante a perda do prazo pelo interessado, por exemplo) não constitui óbice para o pedido de repactuação do contrato que vier a ser firmado, de modo que a preclusão prevista no item 7.7.2.4 se revela infrutífera para o fim a que se destina, ou poderá ocasionar problemas na gestão dos contratos oriundos da ata de registro de preços. **Por tal razão, recomenda-se que seja reavaliada a preclusão do pedido de atualização dos preços registrados prevista no item 7.7.2.4 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e, por consequência, nos Anexos que acompanham o documento.**

A respeito do Anexo III, que trata da Minuta da Ata de Registro de Preços, especificamente em sua Cláusula Quinta, reiteramos a recomendação já lançada a respeito da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, **a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização.**

Quanto ao Anexo IV, que trata da Minuta do Contrato, **registra-se que eventuais alterações promovidas no Termo de Referência deverão ser aqui reproduzidas, no que for pertinente, especialmente quanto ao prazo de vigência do Contrato, que não será de 12 meses em todos os casos, e a complementação da Cláusula a respeito da Garantia, conforme detalhado no tópico anterior desta Informação.**



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

**A respeito da cláusula 6, que dispõe sobre a execução e controle dos serviços, cabe à SEAP incluir nos itens 6.1 e 6.2 os prazos de recebimento provisório e definitivo já previstos no item 16 do TR.**

**Ainda, na cláusula 10, cabe a mesma recomendação lançada acerca do TR, no sentido de que o item 10.1.9 deverá ser retificado a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”.**

Por fim, consta no Anexo V a Planilha de Custos e Formação de Preços. Todavia, ao que tudo indica, este anexo foi equivocadamente preenchido com o Mapa de Formação de Preços, quando, salvo engano, deveria apresentar a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR.

**Assim, recomenda-se a correção do Anexo V a fim de suprimir a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar, em substituição, a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR.**

### 3. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, tem-se que a situação do Protocolado, em tese, dá amparo à contratação direta por dispensa de licitação (art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021), via Sistema de Registro de Preços, todavia, é necessário que se atenda, previamente, a todas as ressalvas explicitadas em **negrito** ao longo desta Informação (observados os §§ 4º e 5º do art. 328 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), **a seguir elencadas**



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

**de modo resumido:**

a) providenciar a abertura da Intenção de Registro de Preços, com base no inciso I do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no *caput* do art. 86 da Lei nº 14.133/21, ou justificar a sua ausência, nos termos do § 1º do art. 292 do regulamento estadual;

b) verificar, quando da efetiva contratação, a habilitação da contratada e proceder a consulta ao CADIN Estadual, GMS e CEIS;

c) verificar se os órgãos participantes forneceram as informações necessárias à participação do SRP ou, alternativamente, providenciar a adesão pelos órgãos participantes ao ETP já elaborado, nos termos do § 2º do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

d) com relação ao Termo de Referência, complementar o item 1.2 e demais pontos do TR que tratam sobre o prazo de vigência contratual para prever que o prazo de vigência do contrato tem início da sua assinatura e se encerrará no prazo de um ano a contar do término do contrato anterior que gerou a situação emergencial, ou até que se conclua o trâmite do regular procedimento licitatório em curso;

e) retificar o tópico 1.6.2.8 do TR para possibilitar a participação de empresas em consórcio ou apresentar justificativa técnica que demonstre a impossibilidade dessa forma de associação com as características do objeto;

f) retificar o tópico 7 do TR para suprimir os itens 7.1 a 7.4, mantendo apenas o item 7.5, ante a sua preponderância sobre os demais;

g) retificar o item 8.1 do TR a fim de retirar a menção feita a serviço “sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva”, tendo em vista



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

que o procedimento ora analisado diz respeito apenas aos postos de Assistente Administrativo, exercidos com dedicação exclusiva de mão de obra;

h) retificar o item 10.1.9 do TR a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”;

i) no tópico 11, que trata da Garantia, recomenda-se incluir previsão já adotada em contratações semelhantes (a exemplo do protocolo nº 23.438.333-7), no sentido de autorizar o contratante a recusar seguro-garantia que condicione o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra;

j) retificar o item 12.2 do TR a fim de retirar a menção feita ao “item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão”, visto que inaplicável ao presente caso de contratação direta por dispensa de licitação;

k) no item 12 do TR, avaliar a possibilidade de incluir a previsão de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 121, § 3º inciso V, da Lei nº 14.133/21;

l) excluir os itens 13.9.1, 13.16 e 13.17 do TR, visto que incompatíveis com o caso sob análise;

m) no caso de apresentação de novo Termo de Referência, diante das recomendações desta Informação, deverá o documento ser aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 19, § 3º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

n) com relação à Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica,



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO N°: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO N°: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

considerando o afastamento do tratamento privilegiado destinado às MEs e EPPs, recomenda-se a exclusão do item 3.8.2 da Minuta;

o) no item 4.2.1, que trata dos lances, substituir a expressão “valor unitário por linha” por “valor unitário por item”, amoldando-se ao TR apresentado;

p) complementar o tópico 7 a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização;

q) reavaliar a preclusão do pedido de atualização dos preços registrados prevista no item 7.7.2.4 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e demais anexos;

r) a respeito do Anexo III, que trata da Minuta da Ata de Registro de Preços, especificamente em sua Cláusula Quinta, reiteramos a recomendação já lançada a respeito da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização;

s) quanto ao Anexo IV, que trata da Minuta do Contrato, recomenda-se, de forma geral, sua adequação segundo as ponderações já realizadas em relação ao Termo de Referência, no que for comum a ambos, especialmente quanto ao prazo de vigência do Contrato, que não será de 12 meses em todos os casos, , e a complementação da Cláusula a respeito da Garantia, conforme alínea “i” desta Conclusão;

t) a respeito da cláusula 6, incluir nos itens 6.1 e 6.2 os prazos de recebimento provisório e definitivo já previstos no item 16 do TR;



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

u) na cláusula 10, cabe a mesma recomendação lançada acerca do TR, no sentido de que o item 10.1.9 deverá ser retificado a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”;

v) quanto ao Anexo V, suprimir a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar, em substituição, a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR;

w) providenciar a autorização do ordenador de despesa (inciso II do art. 148 do Decreto Estadual de Licitações) e a da autoridade competente (inciso VIII do artigo 72 da NLLC).

Ressalta-se, ainda, que a autorização da dispensa (inciso VIII do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>12</sup>), nos termos do art. 149 do Decreto Estadual nº 10.086/2022<sup>13</sup>, cabe à autoridade competente (art. 2º, VIII, “a”, do Decreto Estadual nº 10.086/2022<sup>14</sup>), devendo o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos termos do que preconiza o parágrafo único do mencionado art. 72<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: (...) VIII - autorização da autoridade competente.

<sup>13</sup> Art. 149. São competentes para autorizar a inexigibilidade e a dispensa de licitação as autoridades máximas dos órgãos e entidades públicas, admitida a delegação.

<sup>14</sup> Art. 2º Além do previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, para os fins deste Regulamento, consideram-se:  
(...)

VIII – Autoridade máxima:

a) na Administração Direta, o Secretário de Estado e outras autoridades com as mesmas prerrogativas;

<sup>15</sup> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser





PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA CONSULTIVA DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

**PROTOCOLO Nº: 25.683.107-4**

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

**INFORMAÇÃO Nº: 261/2026 – PGE/PRC**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

Destaque-se que deverá, como condição indispensável para eficácia da contratação, ser divulgado o instrumento de contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Estado no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme arts. 94, II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021<sup>16</sup> e 153 do Decreto Estadual nº 10.086/2022<sup>17</sup>.

Por fim, nos termos do art. 1º, III, da Resolução nº 002/2024-PGE, sugere-se que a presente contratação seja submetida à aprovação do Procurador-Geral do Estado, por se tratar de contratação direta de grande valor.

É a informação.

Curitiba, 26 de maio de 2026.

**Daniel Leite Ribeiro**

Procurador do Estado do Paraná

divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

<sup>16</sup> Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

(...)

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade.

<sup>17</sup> Art. 153. No caso de contratação direta, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial, deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou de seus aditamentos, como condição indispensável para a eficácia do ato.

D o c u m e n t o :  
**261InformacaoPRCn261202625.683.1074DispensadeLicitacao.ContratacaoEmergencialviaSRP.ServicosdeApoioAdministrativo.SEAP..pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Daniel Leite Ribeiro (XXX.212.215-XX)** em 26/05/2026 09:30 Local: PGE/PRC.

Inserido ao protocolo **25.683.107-4** por: **Daniel Leite Ribeiro** em: 26/05/2026 09:30.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: